

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 1/2007

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E SETE. -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, pelas quinze horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 20 de Setembro de 2006, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Dois – Autorização para Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia; -----

-----Ponto Três – Pedido de autorização para criação da empresa “Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, S.A.-E.M.” e aprovação dos respectivos estatutos, nos termos dos artigos 53, nº2, alínea l) e 64, nº6, alínea a) da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Quatro – Pedido de autorização para alienação de parte do capital social da empresa “Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, S.A.-E.M.” nos termos do artigo 43º, da Lei nº53-F/2006 de 29 de Dezembro; -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Rui Monteiro Picciochi; -----
-----Ana Rita Lopes Inácio; -----
-----Vitor Dias da Silva; -----
-----Emmanuel José Amaral; -----
-----José Maria Chambel Esteves; -----
-----Inocêncio Rodrigues Cruz; -----
-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----
-----Michéle Guyard Miranda; -----
-----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----
-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
-----Maria do Rosário Lourenço M. Correia; -----
-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----
-----João Manuel Alves Gralha; -----
-----João Filipe Ricardo; -----
-----Cleide Maria Cachado Nuncio Santos; -----
-----Aníbal Júlio Rodrigues; -----
-----Nuno Filipe da Fonseca Gameiro; -----
-----Leonel Martins Fortunato; -----
-----Manuel Pequito Cardoso. -----

-----Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de permanência: Rui Constantino Martins e Manuel Maria Ferreira Honório e os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Paulo Alexandre da Cunha Tavares. -----

-----Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou as condolências ao Senhor Deputado Emmanuel Amaral pelo falecimento de seu pai, à Senhora Deputada Cleide Santos pelo falecimento do seu marido e ao funcionário António Rodrigues pelo falecimento da sua mãe. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ainda no uso da palavra o Senhor Presidente, referiu o falecimento do senhor Manuel Amaral, tendo sido outrora membro da Assembleia Municipal. Por este falecimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou um minuto de silêncio. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a apreciação a acta número 5, da reunião do dia 16 de Dezembro de 2006, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

-----Após o período de inscrição foram realizadas as intervenções dos seguintes deputados da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que falta mencionar na acta anterior a justificação da Senhora Deputada Michéle Miranda. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que tem dúvidas em relação à acta mas que não tem comprovativo para fazer referência a tais dúvidas. -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu o facto de estar mencionado nas presenças o nome dos Senhores Deputados e mais à frente estar referido a hora em que compareceram na sessão da Assembleia Municipal, conclui-se logo como é elaborada a acta. -----

Nesta altura o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Senhor Deputado Nuno Filipe da Fonseca Gameiro se fazia representar pelo Senhor Júlio Rosário da Graça Barata pela qual foi pedida a substituição previamente. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que na acta, na página 5 e 6 está repetido a solicitação de informação em relação aos pontos apresentados pela Deputada Ana Rita Inácio. -----

O Senhor Deputado **Aníbal Rodrigues** referiu que na página 7 onde está referido que a ...”moradora da Rua da Fontinha deu “tout-venant”..., deve constar que ...”prometeu dar “tout-venant”.... -----

Ainda na página 7 onde está referido “...dois contentores do lixo no cemitério da Praia do Ribatejo...”, deve constar “...um contentor para o cemitério da Praia do Ribatejo e um contentor para o cemitério das Limeiras...”. -----

O Senhor Deputado **Paulo Constantino** tomou da palavra para esclarecer o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que o facto de estar mencionado duas vezes a presença de alguns Deputados deve-se ao facto de o início da acta ser uma introdução tipo para todas as actas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação à intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo referiu que não está repetido visto ter sido uma informação solicitada por dois deputados diferentes. -----

O Senhor Deputado Vítor Dias da Silva interviu para fazer uma declaração de voto na qual referiu que o seu voto contra deriva da suspeita de incorrecções que estão mencionadas na acta. De igual modo referiu que a acta deverá ser entregue com a máxima antecedência aos Senhores Deputados. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a acta foi entregue com antecedência juntamente com a ordem de trabalhos e que por não haver funcionários a tempo inteiro afectos à Assembleia não existe a possibilidade da sua entrega com maior brevidade. -----

Por outro lado, informou o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que já tinha em seu poder o documento sobre as Piscinas, o qual posteriormente lhe iria ser facultado.-----

---Após as intervenções foi submetido à votação o projecto da acta número 5 da reunião realizada a 16 de Dezembro de 2006, sobre o qual foram propostas algumas rectificações, tendo sido aprovado por maioria, com 6 abstenções, dos Senhores Deputados Michéle Miranda, Rui Monteiro Picciochi, Inocêncio Cruz, Carlos Timóteo e Maria do Rosário Correia e 2 abstenções dos Deputados Vítor Dias da Silva e Eduardo de Oliveira. -----

O Sr. Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, procedeu à leitura do expediente recebido e registado no respectivo livro de entradas, que a seguir se especifica: -----

📎 Circular nº 173/2006-CO de 2006/12/28, Associação Nacional de Municípios Portugueses – Boletim ANMP; -----

📎 Ofício nº01/2007-TC de 2007/01/08 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Publicação do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local. Alteração ao Estatuto dos Eleitos Locais. Incompatibilidades; -----

📎 Circular nº3/2007-PB de 2007/01/09 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Lei nº53-a/2006, de 29 de Dezembro. Orçamento do Estado para 2007; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

☞ Ofício de 2007/01/22 – partido Comunista Português – Grupo Parlamentar – Requerimento – Parcerias Público-privadas para intervenção no Património;
☞ Circular nº16/2007-TC de 2007/01/29 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Remunerações, despesas de representação, compensações para encargos e senhas de presença dos eleitos locais para 2007; -----

☞ Ofício de 2007/01/22 – Moradores da Rua José Morais e D. Dinis – Saneamento Básico na Zona Norte de Freguesia de Atalaia; -----

☞ Circular nº17/2007-CO de 2007/01/30 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Boletim ANMP; -----

☞ Ofício de 2007/01/25 – Partido Comunista Português – Requerimento sobre a Nova Ponte sobre o Rio Tejo em Constância; -----

☞ Ofício de 2007/01/31 – Comissão Concelhia de Saúde de Vila Nova da Barquinha – envio de cópias das actas realizadas no ano de 2006; -----

☞ Circular nº23/2007-AG de 2007/02/01 – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Quadro de Referência Estratégico Nacional; -----

☞ Ofício do Partido Social Democrata – Requerimento – manifestação de poluição ambiental e atentados à saúde pública no Rio Alviela; -----

☞ Ofício do Partido Social Democrata – requerimento – redução das ajudas directas aos agricultores no distrito de Santarém; -----

☞ Ofício nº59/07 de 2007/02/22 – Junta de Freguesia de Atalaia – Representação da Junta de Freguesia de Atalaia; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou aos senhores Deputados que lessem a cópia do ofício entregue da Associação Nacional de Municípios Portugueses e que na próxima sessão da Assembleia se pronunciassem se assim o entendessem. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu, em nome dos Deputados da CDU, ser muito complicado estar presente ao sábado por compromissos assumidos. Sugeriu que as sessões da Assembleia Municipal passassem para a sexta-feira à noite. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** entrevistou para referir que devido ao tardio encerramento de algumas sessões considerou adequado que as reuniões passassem a realizar-se ao sábado, mas, se a Assembleia assim o entender estas poderão passar novamente para a última sexta feira do mês em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se realiza a sessão da Assembleia Municipal, devendo existir alguma compreensão dos deputados nos dias em que se verifique a necessidade do seu prolongamento para além do horário normal. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que lhe faz mais diferença ao Sábado do que à Sexta-feira e salientou que à Sexta-feira não deve acabar depois das 24 horas. Afirmou que se não for possível discutir tudo pode-se continuar a reunião numa próxima sessão. -----

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a proposta de alteração da sessão da Assembleia Municipal para sexta-feira, tendo esta sido aprovada por maioria com 1 voto contra do Deputado Emmanuel Amaral. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou esclarecimentos sobre o problema dos cortes de luz em várias ocasiões, em especial, na área da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha, no sentido de saber se a Câmara já tomou providências. Por outro lado, perguntou a que se deve o facto dos atrasos do pagamento das cobranças de água por transferência bancária. -----

- O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** tomou da palavra para pedir esclarecimentos sobre os seguintes pontos: -----

- Acerca do pagamento de água em atraso por débito de conta, o que causou elevadas contas por liquidar; -----

- Em relação à empresa Resitejo e a dívida que a Câmara tem para com esta, cerca de € 200 mil, se o não pagamento poderá implicar a suspensão da recolha do lixo; -----

- Se o caso da D. Luísa Vergueira, Munícipe presente na sessão da Assembleia Municipal de Setembro, cuja casa se encontra bastante degradada, já foi resolvido pela autarquia; -----

- Em relação ao Ringue Desportivo das Madeiras, que se encontra praticamente ao abandono e que não tem qualquer tipo de equipamento, qual

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a razão pela qual outros se encontram em bom estado e este se encontra degradado; -----

- Por outro lado, questionou o executivo sobre quais serão os projectos e as prioridades para o próximo Quadro Estratégico Nacional; -----

- Para finalizar, se o nome do Senhor Presidente faz parte da lista apresentada pelo Tribunal de Contas na qual divulga os autarcas que não apresentaram os seus rendimentos no último ano; -----

O Senhor Deputado **Vitor Dias da Silva** interrogou o executivo camarário no sentido de saber o que este pretende fazer com o antigo balneário do Campo de Futebol que se encontra ao abandono e que desde a passagem do tornado ainda se encontra mais degradado; -----

- Por outro lado, referiu a iluminação escassa na Freguesia da Praia do Ribatejo, desde a escola secundária até à Estrada Nacional que se prolonga até à Fonte Santa, afirmando tratar-se de uma estrada que dispõe de pouca iluminação e que também a merece; -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que não iria falar no assunto da água, apesar deste ser o Município que tem a água mais cara, nem das estradas, mas sim dos 41 pontos por resolver apresentados pela Junta de Freguesia da Atalaia perguntando quantos estariam resolvidos; -----

- De igual modo indagou quantos pontos por resolver teria apresentado a Junta de Freguesia de Moita do Norte; -----

- Solicitou informação quanto à forma de recolha dos resíduos sólidos e ao motivo de se encontrar um contentor sem tampa, há 8 meses, na Rua da Capela em Moita do Norte; -----

- Em relação à Piscina de 25 metros de Moita do Norte, interrogou o executivo no sentido de saber para quando a inauguração, visto que há 6 anos a Câmara adjudicou a empreitada à Firma Pastilha e Pastilha, pelo preço de 176.274.574\$00 mais IVA e com o prazo de 360 dias, e até agora esta ainda não se encontra concluída, de igual modo solicitou quais os custos desta; -----

- Solicitou informação sobre se a Biblioteca se encontra informatizada; -----

- Por último solicitou informação acerca do que é que a Câmara pensa do protocolo celebrado com a empresa promotora do Galaxy Park, assim como o que é que vai acontecer com este projecto e que os membros da Assembleia Municipal deviam ser melhor informados acerca deste projecto; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** mencionou o nome de algumas ruas nas Limeiras e nas Madeiras que apesar de serem ruas pequenas, com poucos habitantes são ruas que merecem arranjos, pois encontram-se bastante degradadas e perguntou se a própria Junta de Freguesia não poderia fazer esses pequenos serviços; -----

- Salientou a necessidade de um Parque Infantil na Praia do Ribatejo e indagou se o campo de mini golfe alguma vez teve utilidade; -----

- Solicitou informação acerca do antigo Hotel Rural, assim como o projecto que se encontra em execução para este edifício; -----

O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** prescindiu do seu tempo de intervenção. -----

O Senhor Deputado **José Chambel** solicitou informação sobre a data em que se iniciariam as inscrições para a nova piscina e quais os valores a pagar pelas novas valências; -----

Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Esclareceu que em relação as falhas pequenas mas constantes de luz que abrange quase todo o concelho, já tomou as providências e já contactou a EDP no qual mostrou o seu desagrado ao responsável; -----

- Em relação às cobranças tardias de água, informou que ocorreu um problema informático relativo à transferência bancária do BPI que afectou cerca de 200 Municípes, tendo esta entidade sido avisada para que esta situação não se volte a repetir. A situação foi ultrapassada através da repartição das cobranças em atraso de modo a que o pagamento mensal corresponda à facturação do mês corrente e de um dos meses em atraso, tendo disso sido informados por carta todos os munícipes afectados. -----

- Relativamente à dívida da Resitejo, trata-se de uma dívida de 200 mil euros referente à deposição de resíduos em aterro, a qual regressará à normalidade durante o ano 2007. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** interrompeu para interrogar se o atraso do pagamento não poderá ultrapassar os três meses sob pena de serem cancelados os serviços. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para continuar com os seus esclarecimentos: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-Neste domínio referiu que existe uma deliberação da Resitejo, que ainda não foi revogada, em que os encargos superiores a seis meses seriam debitados à entidade devedora. -----

- A propósito do caso da D. Luísa Vergueira informou que o caso estaria a ser acompanhado pelos serviços, mas que não se encontra incluído na selecção no âmbito do Programa Prohabita. -----

- Relativamente ao Poli Desportivo das Limeiras informou que se trata de uma situação que não agrada ao executivo camarário, lembrando que se trata de propriedade de uma Associação que funciona com algumas dificuldades e que esteve bastante tempo inactiva. Referiu que este polidesportivo não é muito utilizado, pois a escola tem poucos alunos, e que a Câmara já participou algumas melhorias do mesmo. -----

- Em relação aos projectos para o próximo Quadro Referência Estratégico Nacional referiu que este assunto foi resolvido no final do mês de Janeiro e vai ser apresentado em Bruxelas, ainda não tem regulamentos e está em fase de debate público. Informou que em relação a este assunto tem tido inúmeras reuniões, quer na CCDR do Centro, quer na CCDR de Lisboa ou ao nível da comunidade urbana e que agora se começa a clarificar o que se enquadra no QREN. Informou que um dos projectos deste quadro deverá ser a nova escola, a nível educativo com a aprovação da Carta Educativa, o Centro de Negócios, assim como os arruamentos que se encontram em mau estado. -----

- A propósito da declaração de rendimentos referiu que a entregou assim como todos os vereadores da Câmara Municipal. -----

- Relativamente ao antigo balneário do campo de Futebol de Vila Nova da Barquinha informou que em breve irá ser demolido. -----

- Em relação à iluminação pública referiu que existem dois tipos de investimento, o inicial e o aumento dos custos de iluminação, e que tem vindo a privilegiar-se as entradas no concelho assim como as áreas urbanas. Ainda em relação à iluminação pública, informou o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que um dos pontos por resolver que tem vindo a ser solicitado pelo Presidente da Junta de Freguesia da Moita do Norte tem sido a iluminação do Cardal até ao Entroncamento. Informou que na área referida pelo Senhor Deputado Vítor Dias da Silva está em fase de licenciamento uma urbanização

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde se encontra prevista a iluminação, sendo provável que abranja essa zona. -----

- Em relação ao aumento do preço da água, informou que fez reflectir no consumidor o aumento imposto ao Município pela EPAL, de 3%. -----

- A propósito dos pontos por resolver apresentados pelas Juntas de Freguesia, referiu que estão marcadas reuniões entre a Câmara e as Juntas de Freguesia onde se faz o ponto da situação dos diversos pontos apresentados pelas Juntas de Freguesia. -----

- Relativamente à limpeza dos contentores do lixo referiu que se realizar a sua limpeza duas vezes por ano, com maior incidência no período de verão. -----

- No que respeita à piscina mencionou que entrará em funcionamento em meados de Março e que os 6 anos decorridos se devem à alteração da candidatura, posteriormente e através do eixo nacional, para incluir a cobertura da piscina e a integração de um ginásio e SPA. -----

- Informou o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que não existe nenhuma competição entre freguesias na apresentação de pontos por resolver, sendo realizado um permanente acompanhamento entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. -----

- Em relação à biblioteca informou que o fundo bibliográfico está informatizado, o que se encontra em atrasado tem a ver com um protocolo com o Instituto Português Livro e das Bibliotecas que originou o atraso nos programas de consulta e no seu financiamento. -----

- Relativamente ao Parque Temático “Galaxy Park” informou que o protocolo carece de uma nova revisão. Mencionou que não foram concretizados um conjunto de obrigações por parte da Câmara. De seguida sugeriu aos membros da Assembleia Municipal que realizassem uma visita às instalações da empresa promotora deste projecto para melhor prestação de esclarecimentos e informou que se prevê o início das obras para Julho de 2007. -----

- No que respeita ao edifício do Ex- Hotel Rural referiu que, na informação escrita, faz referência ao projecto. Em termos de obra referiu que as obras estão praticamente prontas e que em breve será definida uma data para o seu início. -----

- Por último, em relação aos tarifários da Piscina Municipal referiu que estes foram aprovados em Outubro e que lhe faria chegar uma cópia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- **De seguida foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções:** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que se a empresa promotora do “Galaxy Park” levantou a licença na Direcção Geral da Economia será sinal de que o empreendimento se irá realizar, pois esta licença tem um valor elevado. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo**, em relação à questão da água, interrogou-se como foi possível a Câmara deixasse arrastar este assunto durante um ano visto serem tantos Municípios e elevadas contas por liquidar. -

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que os pontos por resolver não foram de sua autoria, mas das Juntas de Freguesia da Praia do Ribatejo e Atalaia. -----

- Em relação ao projecto “Galaxy Park” referiu que concorda que o projecto é complexo e que em Maio de 2005 fez uma declaração de voto que mencionava o seguinte: «...entre Agosto de 2002 e Janeiro de 2005, nada mais foi apresentado, de concreto, e hoje temos mais um documento sobre o referido empreendimento com a proposta de “aprovação e licenciamento da movimentação de terras como primeira fase da obra do Galaxy Park”, verificando-se a existência de diversos condicionalismos. Assim, permite-me relembrar, por escrito, as minhas propostas anteriores de análise geral de todo o processo, no sentido de alterar / rectificar, se for o caso, o que nesta data possa já não corresponder, nomeadamente o Protocolo que estará (está) ultrapassado...». -----

- Ainda acerca deste assunto mencionou que num jornal vinham mencionados os projectos a nível nacional e não estava mencionado o de Vila Nova da Barquinha. -----

- Por último, referiu que, no passado dia 22 de Fevereiro, fez 90 anos que o soldado Curado embarcou para França. -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** mencionou que em relação ao Ringue Desportivo das Madeiras, o que se exige são cuidados mínimos para com aquele espaço e que gostaria que, no próximo quadro comunitário ou no próximo plano de investimento ou nos próximos orçamentos ou até nos planos de actividades, as associações tivessem outro destaque e outro apoio,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente, algumas não tem sedes ou andam com veículos em mau estado. -----

Em relação ao QREN referiu que a questão da competitividade não deve fazer esquecer a questão da inclusividade, em especial, ao nível do ensino básico e da Comissão da Protecção de Menores. -----

Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados uma proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público que foi aprovada por unanimidade, tendo-se inscrito o seguinte Munícipe: -----

O Senhor **José Rafael Arrabaça** referiu que em Setembro de 2006 enviou um fax pela Assembleia de Freguesia de Moita do Norte ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre o qual até à data não obteve resposta. Nesse fax fez referência a diversos pontos e solicitou que lhe fosse facultada uma resposta com a maior brevidade possível. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** mencionou os pontos tratados no fax, sendo eles: - a iluminação pública insuficiente; a limitação geográfica da freguesia; a placa limitadora da freguesia; projectos de expansão; encerramento da Rua Norton de Matos; limpeza de caminhos rurais; colocação de contentores do lixo e eco pontos; limpeza periódica de caixotes do lixo; passadeiras no viaduto da IC3, Cardal-Entroncamento, no Jardim-de-infância; reparação de estradas degradadas no Cardal; e distribuição de sinalização vertical; -----

De igual modo o Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que respondesse ao fax enviado. -----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Senhor José Rafael Arrabaça: -----

Referiu que o conteúdo do fax não é diferente do que se trata nas reuniões tidas com o Presidente da Junta de Freguesia de Moita do Norte. Também mencionou que com o tempo o fax já deve estar desactualizado, nomeadamente alguns assuntos já devem de estar resolvidos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrado o Período de intervenção do Público e anunciou um intervalo de 10 minutos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ponto Um – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----**

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 1)** -----

Antes do período intervenção dos senhores Deputados o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que era dispensável a leitura da Informação Escrita visto que todos eram possuidores da mesma e que assim não se perderia muito tempo com a sua leitura. -----

Os Senhores Deputados **João Filipe Ricardo, Vítor Dias da Silva e Inocêncio Cruz** intervieram para manifestar o contrário, que a sua leitura é essencial para que o público esteja a par da situação do Município. Referiram que uma coisa é o público assistir outra coisa é o público intervir. -----

O Senhor Presidente da **Assembleia Municipal** informou que nos termos do regulamento o público tem o seu período de intervenção, nada têm a ver com a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, mas que se tratava apenas de uma sugestão. -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** interrogou o Senhor Presidente no sentido de obter informação acerca do que se encontra transcrito na página 2, onde faz referência à estação elevatória, se apenas se refere à água ou também aos esgotos. -----

- Por outro lado, solicitou que lhe fosse facultado o projecto de Regulamento Municipal de Ocupação de Tempos Livres de Jovens. -----

- Em relação ao “Galaxy Park” informou que os Deputados da CDU se encontram disponíveis para a visita às instalações da entidade promotora do “Galaxy Park” para melhor ficarem esclarecidos. -----

- Congratulou o Município pelas iniciativas propostas no âmbito das sete maravilhas de Portugal e que deveriam ter sido desencadeadas à mais tempo. -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Solicitou informação no sentido saber qual o papel da Região de Turismo do Ribatejo nesta iniciativa das sete maravilhas de Portugal e que, na sua opinião, se devia pedir apoio à região. -----

- O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** informou que se encontra disponível, assim como o Grupo Municipal do PS, para a visita a efectuar às instalações da entidade promotora do Galaxy Park. -----

- Informou que concorda com as iniciativas relativas às sete maravilhas de Portugal e sugeriu que fossem realizadas iniciativas no parque urbano. -----

- Solicitou informação no sentido de saber como vai ser feita a divulgação junto das escolas e no site. -----

Ainda a respeito deste assunto, informou que no centro comercial “Torres Shopping” existe uma foto do Castelo de Almourol junto ao cinema, pelo que face ao enorme número de pessoas que aí passa não há grande necessidade de investimento na divulgação. -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** subscreveu as palavras do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

- Solicitou de igual modo que lhe fosse facultado o Regulamento Municipal de Ocupação de Tempos Livres de Jovens. -----

- Questionou a Câmara no sentido de saber se a inauguração do ex Hotel Rural será em Setembro e como tendo sido o acompanhamento da Câmara neste projecto. -----

- Em termos económicos, referiu que a execução foi inferior à registada no ano passado pela mesma altura, tendo sido de 6,9% enquanto agora se cifra em 4,7%, com uma redução dos compromissos assumidos e não pagos.-----

- Solicitou informação no sentido de saber onde se encontra a dívida à Resitejo nos compromissos assumidos e não pagos. -----

- Solicitou esclarecimentos acerca dos valores da piscina, assim como do Parque Desportivo da Atalaia. -----

- De igual modo solicitou informação acerca da verba da ADSE. -----

O Senhor Deputado **Inocência Cruz** solicitou também o Regulamento Municipal de Ocupação de Tempos Livres de Jovens. -----

- Em relação ao “Galaxy Park”, salientou que o Senhor Presidente da Câmara tinha informado que se tratava de uma obra de iniciativa privada e que era preciso ter em conta que não era uma obra do Município. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Relativamente às sete maravilhas de Portugal, desejava que o Castelo de Almourol estivesse nas maravilhas do mundo, referiu que é bonito, tem história e que marcou uma presença importante no concelho. Salientou a necessidade da Escola Prática de Engenharia em conjunto com a Câmara de procederem a melhoramentos em certos sítios na ilha. -----

- Acerca do mesmo referiu da necessidade da colocação de um posto de turismo junto ao Castelo de Almourol para que a disponibilização de informação a quem o pretenda visitar e que se deviam de criar condições, sanitárias, bar. -----

Por último referiu que o castelo de Almourol só será uma maravilha se transmitirmos esta mensagem. -----

O Senhor Deputado **Paulo Constantino** solicitou informação no sentido de saber qual o ponto de situação da creche em termos de ocupação e em termos de entrada em actividade. -----

- Sugeriu que sejam utilizados meios de comunicação inovadores (ex: sms) para a divulgação do Castelo de Almourol nas sete maravilhas de Portugal. ----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** interviu para informar não ser necessária a existência de uma placa na A23 a indicar o Castelo de Almourol visto que a via de acesso ao mesmo se encontra em muito mau estado. -----

Solicitou informação no sentido de saber se a Câmara já tomou diligências no sentido de serem retiradas as placas. -----

Por outro lado, considera que seria importante a criação de um posto de turismo junto ao Castelo de Almourol. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** em relação ao PROHABITA e conforme está mencionado na informação escrita « ... constituição de uma Pareceria Pública Privada, para implementação do programa e decorrem também os trabalhos conducentes à intervenção numa nova Unidade Morfológica de Intervenção Municipal...», interrogou a Câmara no sentido de saber a que Unidade Morfológica se estava a referir e sugeriu que na próxima fosse anexada uma planta para se saber do que se estava a tratar. -----

- Em relação à piscina de Moita do Norte e à sua exploração interrogou no sentido de saber como foi feito o caderno de encargos, como foi distribuído, se foi realizado concurso para a adjudicação da piscina e informou que desde que se registou a mudança que ocorreram alterações no funcionamento da piscina.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Solicitou informação sobre o caderno de encargos para a divulgação e promoção do Castelo de Almourol no âmbito das sete Maravilhas de Portugal. -
- Referiu a necessidade do bar, junto ao castelo de Almourol, assim como os sanitários estarem abertos a público e que a Câmara deveria de agir no sentido da sua abertura se efectuar o mais rápido possível. -----
- Em relação aos processos judiciais em curso, mais concretamente ao processo nº6, 8 e 12 referiu que não consta qual o objecto desses processos, solicitando assim informação acerca dos mesmos. -----
- Por último mostrou a sua disponibilidade para a visita a efectuar à entidade promotora do “Galaxy Park”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** interrogou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se o Regulamento Municipal de Ocupação de Tempos Livres não será apresentado à Assembleia para aprovação, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido afirmativamente.

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os senhores Deputados: -----

- Em relação à visita à entidade promotora referiu que esta terá de ser feita durante a semana, quando os técnicos estão disponíveis para prestarem as devidas explicações e que quem desejasse participar deveria inscrever-se no final da Sessão. -----
- Relativamente ao “Galaxy Park” esclareceu que sempre referiu tratar-se de um projecto privado, cabendo apenas ao promotor a decisão de começar, dos contornos, do faseamento e do dinheiro investido. Referiu que a Câmara fez uma divulgação ampla do empreendimento e que foi nesse contexto que a Câmara Municipal realizou uma exposição na galeria da Câmara Municipal. Salientou a complexidade do projecto, que envolve muitas aprovações. -----
- Em relação ao esgoto de algumas casas na parte norte da freguesia da Atalaia, referiu que a situação, com ou sem estação elevatória, se encontra a ser resolvida pela equipa técnica. -----
- No que respeita ao Regulamento Municipal de Ocupação de Tempos Livres informou que será apresentado à Sessão da Assembleia Municipal no próximo mês de Abril. De igual modo informou que se encontra em inquérito público e poderão consultá-lo na página de Internet da Câmara, mas que irá ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facultado à Assembleia para posterior entrega aos Deputados que o solicitaram. -----

- Por outro lado em relação às sete Maravilhas de Portugal referiu que se trata de uma iniciativa que escolheu Portugal para a sua divulgação e, assim sendo, aproveitou-se a oportunidade para a sua maior divulgação. Informou que o número significativo de pedidos de visita ao Castelo utilizando o barco em poder da Junta de Freguesia de Tancos para o próximo mês de Março. -----

Informou que todo o plano de iniciativas foi integralmente executado pelos serviços da Câmara, não tendo sido adquiridos serviços, com excepção dos postais que foram adjudicados a uma empresa, visto que a divulgação vai realizar-se utilizando a estrutura de divulgação do Centro de Negócios. Salientou que o maior custo se prende com a divulgação no site e a criação de um vídeo promocional. Referiu que a Região de Turismo do Ribatejo irá apoiar a componente do site e a parte escrita. Salientou o facto das Regiões de Turismos estarem a ser reformuladas e que na sua opinião deveriam deixar de existir e passar para as comunidades urbanas. Por último referiu que os custos não serão significativos, face aos apoios esperados pela Câmara. -----

- Em relação às escolas foi solicitado aos agrupamentos que fizessem a sua intervenção no sentido de todos os alunos terem um e-mail e a divulgação ser feita junto destes. -----

- Relativamente ao nó da Roda referiu que realizou reuniões na sede da Estradas de Portugal, em Almada, e que se trata de um assunto que divide a Câmara e a Administração Central. Informou que o pedido da Câmara respeitou, não à eliminação da palavra Tancos, mas sim à retirada da palavra Castelo de Almourol e que as entradas fossem nas Limeiras, para quem vem de Abrantes, e na Atalaia, para quem vem de Torres Novas. Referiu que efectuou um pedido ao director de estradas de Santarém para tratar diversos assuntos que têm a ver com as estradas nacionais e com a sinalização do Castelo de Almourol. -----

- Em relação à divulgação das sete Maravilhas de Portugal no Parque Urbano referiu que durante as festas do concelho existirá um stand de divulgação. ---

- Relativamente ao projecto Progride, informou que a entidade executora é a Fundação Dr. Francisco Cruz e que a Câmara recebe informação quer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financeira quer do desenrolar do projecto. Referiu que não existe uma reunião formal para acompanhar o projecto, sendo tudo acompanhado pela Fundação.

- A propósito da execução financeira, referiu ser baixa e que durante o ano de 2007 continuará a descer. Referiu que não existe financiamento, quadro comunitário de apoio, contratos programa e que as verbas estão a diminuir. ---

- Referiu que o grande apoio do quadro comunitário está a terminar, tendo a descida do investimento iniciado em 2005 e continuará até 2008, ano a partir do qual o investimento aumentará. -----

- Relativamente à Resitejo informou que não sabe localizar precisamente onde estão os encargos em relação a este assunto. -----

- Em relação à Aquagym estão nas Grandes Opções do Plano que são as junções de dois documentos, do plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipais. Referiu que não está incluído o Parque Desportivo da Atalaia. -----

- A propósito da exploração da piscina, este equipamento pertence à Câmara cabendo à empresa gerir a sua utilização e manutenção. Referiu que foi realizado um concurso público para aquisição de serviços constituídos por nadadores salvadores, professores de educação física para os alunos do 1º ciclo, professores de natação e de ginásio. -----

- Relativamente à ADSE informou que realizou uma reunião na sede da ADSE e que se estão a tomar medidas, não sendo reconhecidas alguns débitos, “RO”, mas estando a ser cabimentados os débitos de “RO” sobre as quais não se levantam dúvidas, com vista à sua regularização. -----

- Em relação à creche referiu que se realizou o concurso para contratação de pessoal e que toda a responsabilidade pertence à Santa Casa da Misericórdia. Em termos de lotação, tem capacidade para cerca de 30 crianças e a sua abertura está prevista para o próximo mês de Março. -----

- Quanto às unidades Morfológicas esclareceu que se trata do quarteirão onde se encontra inserido o edifício da Câmara, enquanto o outro se refere às casas do Senhor Carochó e do Senhor Pombo Duarte. Referiu que a maior intervenção irá ser nas casas do senhor Pombo Duarte irão tentar lançar um concurso no âmbito da parceria público - privada. -----

- Por último, em relação ao processo nº 12 dos processos judiciais referiu que faltaram duas prestações para liquidar o protocolo feito com a empresa API

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Parques e que a empresa não cumpriu com o protocolo no que respeita ao plano Marketing. Em relação aos outros pontos referiu que não são novos, o do Senhor José Jacinto refere-se à expropriação e que o outro tem a ver com uma implementação. -----

----- Ponto Dois – Autorização para Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que não será necessário despende muito tempo com este ponto visto que surge em seguimento dos protocolos celebrados em anos anteriores. -----

---- Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que a Assembleia aprovou no ano anterior as competências para as Juntas de Freguesia com verbas para obras que não tinham sido concretizadas em 2005 e que se está novamente a aprovar em 2007 verbas para as mesmas coisas. -----

O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** referiu que estes protocolos surgem para, de uma maneira solidária, resolver pequenos problemas das juntas, que embora pequenos têm grande importância para a freguesia. Salientou que estes protocolos tratam de uma actualização dos valores que têm sido atribuídos às Juntas de Freguesia e do seu prolongamento até 2009. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que se os Presidentes das Juntas de Freguesia não fazem comentários a estes protocolos logo estão satisfeitos, por isso não vai comentar os protocolos. -----

----- Tendo sido submetido o Ponto nº 2 à votação registou-se a aprovação da Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia por maioria, com 4 abstenções dos Senhores Deputados do PSD, Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva, Valter Caldeira e Maria do Rosário Correia. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

O Senhor Presidente da Câmara propôs ao Senhor Presidente da Assembleia que fosse realizada a junção dos pontos nº3 e nº4 da Ordem de Trabalhos de modo a permitir a sua discussão em simultâneo, mas mantendo a sua votação separada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esta proposta foi submetida a votação da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Ponto Três – Pedido de autorização para criação da empresa “Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha-S.A.-E.M.” e aprovação dos respectivos estatutos, nos termos dos artigos 53, nº2, alínea I) e 64º, nº6, alínea a) da lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

----- Ponto Quatro – Pedido autorização para alienação de parte do capital social da empresa “Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, S.A. – E.M.” nos termos do artigo 43º da lei nº53-F/2006 de 29 de Dezembro. ---

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os senhores deputados acerca deste dois pontos. -----

Antes de retomar os pontos o Senhor **Presidente da Câmara** referiu o facto das sessões da Assembleia passarem novamente para as sextas-feiras e solicitou aos membros que venham com disposição e disponibilidade de passarem algumas horas, porque alguns assuntos apresentam alguma urgência e têm de ser deliberados, não sendo desejável a realização de duas sessões. -----

Relativamente aos pontos 3 e 4 referiu que este assunto foi anteriormente discutido, debatido e aprovado em anterior sessão de Assembleia Municipal, em Setembro de 2004. Mencionou que foi definido o modelo de gestão e por isso foi novamente apresentado à sessão de Assembleia. Informou que foram introduzidas alterações de acordo com a Lei 53-F/ 2006 de 29 de Dezembro, que aprova o regime jurídico do sector empresarial local. -----

Por outro lado referiu que a Assembleia delibera sobre a autorização para criação da empresa, a aprovação dos estatutos e a alienação de parte do capital social da empresa tida pela Câmara Municipal até a percentagem de 49%. Tornou a frisar que se pretende a alienação do capital desde a percentagem de 87,49% até aos 51%. Referiu que em 2004 ainda não tinham sido definidos os regulamentos e a metodologia para a dispersão do capital e então fez-se uma proporção entre os 49% do capital social que estava disponível para venda com os metros quadrados que estavam disponíveis. Mencionou que as empresas que vierem a ter concessão de lotes no Centro de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Negócios e aceitarem o convite de participarem na sociedade gestora será de acordo com a tabela 2. -----

Referiu o site do Quadro Estratégico Nacional e que se o consultarem poderão ver que vão ser privilegiadas as áreas de localização empresarial, que tenham uma forma de gestão com sociedade gestora. -----

---- De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou aos senhores Deputados que fossem sucintos nas suas intervenções uma vez que este ponto foi aprovado em anterior reunião, tratando-se só de uma adaptação à nova Lei. O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** solicitou esclarecimentos acerca dos seguintes pontos: - Se os accionistas fundadores têm algum privilégio em relação aos accionistas que vêm a seguir; -----

- Se a Câmara é sempre maioritária; -----

- Quais são as contrapartidas para os futuros accionistas; -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** interrogou no sentido de saber por quem foi elaborado o relatório datado de 14/02/07, entregue aos senhores deputados. De igual modo, solicitou informação se as empresas mencionadas são as empresas que adquiriram os lotes em Setembro de 2006. -----

Por outro lado, se as futuras empresas serão obrigadas a participar na sociedade gestora como as primeiras empresas participaram. -----

O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que, embora em anterior Assembleia ter escolhido a abstenção na votação sobre a constituição da sociedade anónima, nesta reunião iria votar favoravelmente face às alterações introduzidas pela adopção do regime jurídico da empresa municipal que, comparativamente com as sociedades anónimas permite um maior controlo tanto por parte da Câmara Municipal como da Assembleia Municipal visto que os estatutos prevêem a apresentação de documentos de prestação de contas, a existência de um fiscal único e a inclusão das empresas municipais na regra do endividamento prevista na nova lei das finanças locais. Referiu que existe um maior equilíbrio entre as receitas e as despesas, considerando as receitas de serviços de condomínio prestado às empresas localizadas no centro de negócios. Afirmou que esta empresa municipal apenas se justifica face à eventual apetência das empresas dinamizarem e gerirem o centro de negócios,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criando uma empresa de gestão de condomínio empresarial e, quem sabe, um novo mercado. -----

O Senhor Deputado **Emmanuel Amaral** interviu para reforçar as palavras do Senhor Deputado Paulo Constantino e referiu que a forma de gestão deste parque vai ser inovadora e pioneira a nível do distrito, um modelo a seguir. Mencionou também que as empresas poderão participar na própria gestão do parque e a existência de uma co-responsabilização. -----

O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que quem elaborou os estatutos e os relatórios foram entidades diferentes, sendo confusos. Mencionou que entendeu que se vão criar duas empresas diferentes, uma Centro de Negócios, outra Sociedade Gestora. Por outro lado, interrogou-se sobre a exclusão do lote 46 e a razão de passarem de 52 para 30 lotes. -----

- Referiu também que a Câmara menciona que o preço médio dos lotes seria de 15€/m² e a Câmara avalia o seu lote, com que entra em espécie, em 20€/m². -----

Mencionou que não existirá necessidade de se contratar uma imobiliária visto existir a sociedade gestora. -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** indagou no sentido saber qual a diferença de custos entre a exploração do espaço pela empresa e administração directa por parte da Câmara, e, por outro lado, quais os encargos com os órgãos directivos da própria empresa. -----

De seguida foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente para dar esclarecimentos aos Senhores Deputados: -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que conforme o capital se for dissipando cada um se fará representar em função do seu capital, ou seja, não existem privilégios. Em relação ao QREN referiu que a sociedade gestora foi aprovada em 2004, logo não existiam condições para prever esta forma de gestão, referiu que podem haver reflexos ao nível de serviços comuns. Informou ser sua intenção que se crie um grande pólo económico na zona do Centro de Negócios. Apontou a questão de sustentabilidade dado o difícil enquadramento financeiro em que a Câmara se encontra e cada vez existirem novos modelos de gestão face à escassez de recursos que obriga à multiplicação das formas de financiamento dos investimentos. Informou que de acordo com o estudo económico realizado se poderá vender tudo no espaço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de 10 anos e que quando estiver tudo vendido se obtêm rendas e condomínio na ordem dos € 162 mil. Mencionou que se não houver esta verba terá que ser a Câmara a seguir com a verba. -----

Relativamente ao relatório, referiu que ocorreram algumas alterações pelo facto de na primeira abordagem a Câmara se estar a reger pelo modelo societário das Sociedades Anónimas e agora pelo regime do sector empresarial local. -----

Por outro lado, em relação aos privados informou que estas foram as empresas que aceitaram e a falta deve-se ao facto da Vidreira Central do Entroncamento nesta primeira fase não optar por entrar no capital social. -----

Referiu que o número de acções disponíveis na fase final dará um pouco mais de 51% e é natural que nessa altura haja uma nova proporção mediante dos metros quadrados disponíveis e das acções disponíveis e que este quadro venha novamente à Assembleia Municipal para aprovação. -----

Mencionou que o objectivo deste modelo de gestão pretende que os empresários possam participar internamente e que vejam que não há função de remuneração do capital. -----

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Vítor Dias da Silva referiu que a designação é “Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha S.A.-E.M.” tratando-se da sociedade gestora, tem as mesmas características, o mesmo capital social, ou seja, trata-se da mesma entidade. -----

Relativamente ao lote 46 informou que não é considerado no estudo económico para venda, devido ao facto de, quando a Câmara comprou aquele espaço, existir uma pré-existência de dois hectares, designado por lote 46, que apenas se considera do ponto de vista do condomínio. -----

Referiu que, em relação ao número de lotes, o espaço se mantém, podendo existir uma primeira fase de comercialização para o loteamento aprovado com os lotes que já estavam disponíveis e uma segunda fase. Mencionou que a sociedade é considerada já na totalidade dos lotes, cerca de 50. -----

Em relação à avaliação, foi referido € 15 como valor médio sendo os € 20 o preço padrão que consta no regulamento. Referiu a existência de condicionantes em que se a Câmara vender a uma empresa que se encontre implantada no concelho à mais de cinco anos, tem uma descida de 20%, tal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como se for uma empresa do concelho fica abaixo dos 15€ e noutros casos foram 17€, 18€, em função de uma tabela predefinida, anexa ao regulamento.

Relativamente à questão da Imobiliária e da retribuição trata-se de uma possibilidade prevista. -----

Mencionou que se prevêem dois tipos de receitas, por um lado, quando ocorre uma venda, os 5€, e por outro, conforme as sociedades iniciarem a sua actividade, a renda de condomínio. -----

Em relação à diferença de custos, referiu que existe sobretudo uma diferença de receitas sendo uma metodologia que envolve os empresários na gestão do espaço público que utilizam. -----

Por último em relação aos encargos referiu que existe uma tabela para esse efeito, mas que ainda não tem conhecimentos de valores, que em breve se tratará do assunto. -----

---- De seguida foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções: -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que na página 9 e 10, mais concretamente no ponto nº2, não está correcta a seguinte intervenção: "... os documentos mencionados no número anterior deverão ser enviados à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha para apreciação e votação até 15 de Março do ano anterior". -----

O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que os documentos têm de ser do ano anterior e não entregar no ano anterior como estava a mencionar o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

Tomando a palavra o Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** questionou que no quadro 2 não constam os lotes 7 a 19 e se estes pagam ou não condomínio. Por último questionou se o valor do capital social deduz ou acresce na compra do lote. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** interviu para solicitar informação se existe algum benefício para as empresas do concelho e que tipo de benefício. --

Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os senhores Deputados do Seguinte: -----

Mencionou que os lotes 7 a 19 são os lotes do "Galaxy Park", tratando-se da área fronteira entre este e o Centro de Negócios e, por isso não se saber ainda se pagam condomínio ou não. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-Em relação ao capital social, referiu que não é deduzido ao valor do lote e, em relação à discriminação positiva, e segundo o regulamento de venda, se a sede tiver a sua sede no concelho o valor de compra desce e o decréscimo do valor da tabela para quem se encontra no concelho à mais de cinco anos. -----

Tendo sido colocada à votação o pedido de autorização para criação da empresa “Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha-S.A.-E.M.” e aprovação dos respectivos estatutos, nos termos dos artigos 53, nº2, alínea I) e 64º, nº6, alínea a) da lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, esta foi aprovada por maioria com 5 abstenções dos Senhores Deputados, da CDU João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo e do PSD Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira e Maria do Rosário Correia e 1 voto contra do Senhor Deputado do PSD Vítor Dias da Silva. -----

Tendo sido colocada à votação o pedido autorização para alienação de parte do capital social da empresa “Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, S.A. – E.M.” nos termos do artigo 43º da Lei nº53-F/2006 de 29 de Dezembro, esta foi aprovada por maioria 5 abstenções dos Senhores Deputados, da CDU João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo e do PSD Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira e Maria do Rosário Correia e 1 voto contra do Senhor Deputado do PSD Vítor Dias da Silva. -----

----- Estes pontos da acta foram aprovados em minuta, por maioria, com 1 abstenção, para efeitos imediatos. -----

Acerca deste ponto o Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** apresentou uma declaração de voto **(vide anexo 2)**. -----

E para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários. ---

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

- Anexo nº1 Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara
- \Anexo nº2 Declaração de voto do Senhor Deputado Vítor Dias da Silva referente ao ponto nº3 e 4